

**A PERIFERIA CONTRA-ATACA:
ENTREVISTA COM AURITRO MAJUMDER**

**THE PERIPHERY STRIKES BACK:
INTERVIEW WITH AURITRO MAJUMDER**

Camila Peruchi¹

Insurgent Imaginations: World Literature and the Periphery (Cambridge: Cambridge University Press, 2021), de Auritro Majumder, Associate Professor do Departamento de Inglês da Universidade de Houston, é uma aposta em duas esferas da vida que, hoje em dia, são frequentemente subestimadas e, do ponto de vista investigativo, raramente reunidas com êxito: a imaginação e a luta pela libertação. Não é por acaso, portanto, que, logo no título, à faculdade de criar imagens, representações e fantasias – a imaginação, em suma – se une um adjetivo que lhe confere também a capacidade de se rebelar contra algo. O livro tem em vista um fenômeno recente: ao longo dos séculos XX e XXI, uma gama de formas estéticas além do Ocidente metropolitano passaram a resistir ao ex-centro imperial e às elites nacionais. Os artistas e intelectuais da periferia começaram a estabelecer vínculos entre si e, crenes no potencial emancipatório da cultura, a aliaram explicitamente às lutas dos grupos subalternos. Logo, a novidade aqui não é tanto o entrelaçamento entre arte e política, nem tampouco a oposição ao antigo centro imperial, mas sim a oposição ao nacionalismo cultural que foi, por muito tempo, um dos principais expedientes das sociedades portadoras

¹ Doutoranda em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp): <camilaperuchi@gmail.com>.

de uma experiência colonial para a construção de uma identidade que se forjava a partir da diferença e da alteridade. Auritro Majumder identifica, assim, na produção cultural das periferias globais, um novo movimento – certamente não homogêneo nem acabado, mas similar e de mão dupla: a recusa ao nacionalismo cultural e a formação de uma rede de influência e de cooperação entre si. Daí a mudança conceitual: em lugar do velho “nacionalismo local”, o “internacionalismo periférico” assinala que há nas formas estéticas da periferia um movimento de rejeição: ao invés de continuarem respondendo ao centro, elas o marginalizaram, convertendo-se elas próprias em um novo centro.

Os objetos em jogo são os mais diversos, e não só suas diferentes nacionalidades, mas sobretudo os seus diferentes formatos dão mostras do largo escopo que a investigação cobre. Sendo Ásia e Oriente ainda grandes desconhecidos do Brasil, recuperar o percurso trilhado por *Insurgent Imaginations* exige que apresentemos brevemente as principais figuras da história intelectual às quais recorre. O capítulo I se ocupa da palestra pioneira de Rabindranath Tagore sobre “Literatura Mundial” (1907) e das palestras de Yen-an de Mao Zedong sobre arte e literatura (1942). Tagore, que para alguns dispensa apresentações, reconfigurou a literatura e a música bengali no final do século XIX ao abrir mão das formas clássicas rígidas e foi o primeiro não europeu a conquistar, em 1913, o Nobel de Literatura. Era também um humanista, internacionalista e antinacionalista. Mao Zedong, conhecido mundialmente por ter sido o fundador da República Popular da China e um dos mais proeminentes teóricos do comunismo do século XX, teve também uma atuação menos célebre e recuperada por *Insurgent Imaginations*, a de crítico literário. Auritro Majumder recorre às palestras de ambos para concluir que, ao apresentarem uma concepção de literatura que enfatiza o papel contra-hegemônico dos intelectuais, consolidam também uma “noção asiática do Leste”. O capítulo II se centra na figura de Manabendra Nath (M. N.) Roy, filósofo e revolucionário, fundador do Partido Comunista Indiano e do Partido Comunista Mexicano. O interesse aqui é em sua obra *Memórias* (1964), espécie de autobiografia que, ao registrar as transformações da sua vida pessoal e política, expressa as tensões entre a subjetividade individual e a institucionalização coletiva. A descrença no nacionalismo, a fuga da Índia para os Estados Unidos através do Pacífico, o engajamento e a posterior desilusão com o marxismo são alguns dos episódios que materializam essa tensão. A despeito de ser

um relato individual, a forma narrativa articula o comprometimento de Roy com o movimento histórico amplo, como o radicalismo negro do início do século XX nos Estados Unidos e o anticolonialismo no México, na União Soviética, na China e na Alemanha. O capítulo desnuda os recursos por meio dos quais *Memórias* consiste em uma formalização estética da política do internacionalismo anticolonial. Já o capítulo III tem como principal objeto o filme *Calcutta 71* (1972). Dirigido por Mirinal Sem, um dos diretores indianos mais ativos politicamente, *Calcutta 71* retrata a violência estatal contra ativistas do Partido Comunista da Índia (após o levante camponês Naxalbari, em 1967, informalmente conhecido como Naxalites) e apresenta afinidades estéticas tanto com o Cinema Novo Latino-Americano, quanto com a literatura bengali sobre a cidade (incluindo aí autores como Jibanananda Das, Manik Bandopadhyay e Samaresh Basu). A sobreposição de gêneros distintos – como documentário, imagens estáticas, fotografia e cinema narrativo – revela como *Calcutta 71* expande e reconfigura a estética do Cinema Novo Latino-Americano, que aparece aqui como uma instância importante, embora historicamente negligenciada, da troca periférica. O capítulo IV vê no conto “Draupadi” (1978), da escritora e ativista tribal Mahasweta Devi, a inspiração para o ensaio *Walking with the Comrades* (2011), de Arundhati Roy. Majumder recupera elementos que, apesar de determinantes para a narrativa de Devi, foram constantemente ignorados pela crítica, como a disputa, durante a Guerra Fria, entre os blocos soviético e americano pela hegemonia regional no Sul da Ásia, o teatro popular dos anos 1960 e a tradição da ficção feminina progressista bengali. *Insurgent Imaginations* contrasta as produções de Devi e de Roy a fim de demonstrar que os movimentos populares pelos direitos das minorias étnicas influenciam a ficção e a não-ficção indianas contemporâneas e compõem uma das principais características da escrita internacionalista. O capítulo V analisa o modo como o romance anglófono *The White Tiger* (2008), de Aravind Adiga, representa os militantes rurais de baixa casta por meio do resgate das tradições do romance de protesto, da narrativa epistolar e dos gêneros satíricos e indígenas. O capítulo ressignifica o modo como a obra tem sido interpretada pela crítica, que comumente a reduz a uma narrativa de ambição individual. O último capítulo, por fim, fornece uma avaliação crítica da relação entre humanismo e forma literária, sintetizando as contribuições do livro para as pesquisas sobre a literatura mundial não ocidental e sobre a história intelectual. O argumento

central é o de que o humanismo e o internacionalismo revolucionário são as bases determinantes da literatura mundial contemporânea.

Como se vê, *Insurgent Imaginations* engloba obras de diversos países e de diversos formatos (palestra, memórias, ensaios, conto, teatro, cinema), algo incomum no Brasil, onde os trabalhos tendem a ser mais ou menos centralizados, se não em um único autor, ao menos em um único gênero. Ao mapear e investigar as interações entre sociedades e gêneros amplamente díspares, com referências culturais distintas, *Insurgents Imaginations* comprova que o movimento de emulação da periferia em relação ao centro (ligado a toda sorte de complexos de inferioridade e mecanismos compensatórios) vem perdendo terreno para o diálogo entre as periferias. Esse diálogo, no entanto, não implica resultados estéticos homogêneos e uniformes; ao contrário, os exemplos concretos mostram que, embora compostos por um *modus operandi* similar e movidos por um mesmo impulso revolucionário e humanista, eles diferem significativamente de país para país em termos tanto de forma quanto de conteúdo. A entrevista com o autor que agora se inicia busca, em alguma medida, esclarecer algumas linhas de força da hipótese desenvolvida e tem o intuito não só de oferecer aos leitores uma visão mais ampla do assunto tratado, mas também de explorar as questões metodológicas, os desdobramentos e as possíveis contradições que ele certamente suscita.

1. O livro identifica uma mudança nas determinantes da literatura mundial contemporânea: a oposição reguladora da produção artística deixa de ser apenas a recepção das ideias do centro pela periferia e passa a ser caracterizada também por uma relação de influência, apropriação e cooperação entre as próprias periferias. Essa mudança, por sua vez, acaba por colocar em questão as historiografias literárias dos países periféricos, apontando para uma total reconfiguração metodológica e para uma reescrita que resultaria na descoberta de obras ignoradas. Ao menos no Brasil, de onde escrevo, a maior parte das historiografias literárias possui um método comparativo baseado no centro-periferia e que resultou em uma crítica concentrada em obras consideradas momentos de síntese ou de superação. Além disso, sempre tiveram como objetivo mais ou menos declarado um produto final: a construção de uma identidade comum. O caso mais paradigmático talvez seja o da *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido,

mas mesmo a interpretação de Machado de Assis por Roberto Schwarz dificilmente seria concebida sem a ideia de que temas e formas importados encontram temas e formas nacionais, os quais se repelem e no entanto convivem, tornando-se o princípio de estilização por excelência de um dinamismo social próprio. Quais os desafios metodológicos que o novo “comportamento” da literatura contemporânea traz para as historiografias literárias atuais, agora livres do peso de mostrar a constituição de uma experiência nacional única e coesa e livres da necessidade de reconhecer o rebaixamento das experiências locais em relação a uma sempre idealizada fonte europeia?

O problema decorre do fato de que a historiografia literária é modelada, muitas vezes inconscientemente, com base nas formações canônicas europeias das literaturas inglesa, francesa e alemã. Parafraseando algo que o crítico indiano Aijaz Ahmad observou certa vez: no caso da literatura indiana moderna, tal modelo de historiografia teria pouco espaço para qualquer coisa fora da ficção realista e da poesia modernista. Um vasto *corpus* e tradições mais antigas de textos narrativos, orais ou escritos, seriam simplesmente deixados de fora da história literária. Portanto, este é um problema de forma, tanto quanto de conteúdo, com o qual lidamos em termos de herança colonial na literatura. Alguns dos trabalhos críticos mais interessantes, por exemplo, sobre a literatura bengali nas últimas décadas, tanto na Índia quanto em Bangladesh, concentraram-se nas maneiras de abordar essa questão. Isso não se aplica apenas ao Sul da Ásia: também na América Latina, embora o padrão de presença colonial varie muito, notam-se tentativas semelhantes. Antonio Candido e Roberto Schwarz são indiscutivelmente muito importantes para as teorias centro-periferia, mas lembremos também do crítico uruguaio Ángel Rama ou da intelectual argentina Beatriz Sarlo. Obviamente, o principal seria colocar essas ideias diversas em diálogo.

Em uma nota ligeiramente diferente, deixe-me dizer que a própria historiografia literária – em outras palavras, o processo de organizar e sistematizar a literatura – foi formada a partir de baixo por movimentos democráticos, e tem sido assim há muito tempo. É importante destacar isso, porque hoje testemunhamos muitas conversas sobre a necessidade de descolonizar os currículos, incluir vozes marginalizadas e assim por diante. Não se trata de desenvolvimentos impulsionados unicamente pela descoberta de injustiças antigas. Em vez disso, historicamente falando,

esse sempre foi o caso, inclusive para as literaturas europeias mencionadas acima. Se considerarmos por um momento o caso da literatura inglesa, veremos que autores canônicos como Chaucer, Shakespeare e Milton surgiram como resultado de mudanças radicais, quase tectônicas, na cultura literária. Portanto, quando falamos sobre os desafios aos ideais metropolitanos abstratos e sobre as trocas entre as literaturas periféricas, não falamos sobre coisas completamente novas, seja no Ocidente ou em qualquer outro lugar. A reescrita do cânone e a inclusão de obras anteriormente ignoradas são processos em andamento e fazem parte da história dos estudos literários.

Quanto aos desafios metodológicos, eu diria que uma questão para os estudos literários contemporâneos é a linguagem e, especificamente, a filologia. Acho um grande paradoxo que o interesse pela teoria nos departamentos de literatura dos Estados Unidos (estruturalismo, pós-estruturalismo etc., que, como você deve saber, em sua raiz, são teorias da linguagem) não tenha gerado um maior investimento nas línguas existentes. Ao contrário da Europa continental, a academia e a sociedade americanas são profundamente monolíngues, embora o país seja muito diverso linguisticamente, situação que se acentua cada vez mais. Isso é bem diferente de outras partes do mundo, como, por exemplo, a África subsaariana ou o subcontinente indiano, onde as pessoas interagem regularmente, em uma base experiencial diária, com duas, três, às vezes até mais línguas, embora suas universidades não necessariamente reflitam isso por razões econômicas. Mas a academia dos Estados Unidos exerce uma pressão intangível em outro lugar: eu regularmente recebo contatos de estudantes na Índia, e de todos os lugares, atraídos por literaturas pós-coloniais, bem informados sobre as últimas teorias e tudo o mais, mas que não leem nada além de inglês! Nós, isto é, pesquisadores de literatura em solo americano, realmente carecemos de um tipo de ensino ou de bolsas de estudos que permitiriam a um iniciante, seja um estudante de graduação ou de pós-graduação, ver a linguagem como algo diferente de uma mera ferramenta de comunicação, e sim como um repositório que envolve “princípio(s) de estilização”, como você descreveu. A rigor, trabalhar nas humanidades é trabalhar com a linguagem; e – eu acrescentaria – com uma compreensão diacrônica em vez de sincrônica da linguagem.

Sem isso, já seria muito difícil (se não impossível) mapear qualquer tipo de transação de formas e ideias literárias entre as culturas, quanto mais desafiar as ideias nacionalistas. Colocando de outra forma, não se

pode começar o trabalho de comparação, a menos que se saiba o que está sendo comparado; é necessário o conhecimento dos detalhes, das peculiaridades e especificidades das diferentes línguas e literaturas. Outro grande problema é a persistência do Orientalismo, não apenas na sua variedade conservadora, que está mais profundamente arraigada do que se possa imaginar, mas também o do tipo cosmopolita liberal. Aqui, mais uma vez, as realidades das instituições acadêmicas são inseparáveis das da vida social.

2. Tendo em vista que o subdesenvolvimento é já largamente compreendido como expressão do movimento internacional do capital e que a herança colonialista há muito tempo deixou de ser concebida como entrave à expansão do moderno para ser compreendida como parte integrante do seu processo de reprodução, é mesmo possível diferenciar a periferia do centro ou unir as periferias sem o centro? Em suma, existiria, de fato, uma diferença conceitual entre centro e periferia? Por que e de que maneira o internacionalismo periférico é capaz de abarcar uma articulação entre o local e o movimento do capital?

O auge da teoria do subdesenvolvimento pode muito bem ter acabado, mas as questões levantadas por ela permanecem pertinentes no regime do capital globalizado e financeirizado. Sem dúvida, há a reconfiguração e o surgimento de novos centros (a China, por exemplo), semiperiferias e periferias, sejam as antigas potências coloniais, ou aqueles países que chamávamos de terceiro mundo. É importante ressaltar que “centro-periferia” é um modelo relacional e não estático, que pode parecer geográfica ou culturalmente diferente em diferentes épocas.

Paralela e complementarmente ao reino do subdesenvolvimento econômico, estamos testemunhando no campo da cultura o que pode ser chamado de “sub-representação”. Ou seja, por um lado, há uma imensa inclusão democrática dos anteriormente excluídos da representação de si; por outro, há diferenças cada vez mais intransponíveis de acesso, visibilidade e até o silenciamento das diferenças nas redes interconectadas da mídia global. Lembremos, por exemplo, o fenômeno da “perda de linguagem”: mais de noventa por cento das línguas faladas do mundo, principalmente no Sul Global, correm o risco de desaparecer nos próximos cem anos e, com elas, vastos arquivos de experiência e de expressão humanas – quer os chamemos de literatura, arte oral, narrativa ou qualquer

outra coisa. Pode-se compreender a relação entre esses movimentos locais e internacionais do capital apenas vendo-os como parte de um processo unificado. Esse é o grande legado do pensamento dialético. Não podemos julgar esses desenvolvimentos como bons ou maus em termos puramente morais, ou mesmo isolados uns dos outros, mas objetivamente, como homogeneizantes e, ao mesmo tempo, geradores de diferença.

3. Os desenvolvimentos recentes em torno do conceito de Literatura-Mundo já a tornaram cada vez menos restrita a um cânone de obras da Europa Ocidental e a aproximaram de um modo de circulação e de leitura de uma série de textos provindos de sistemas literários diferentes. Circulação, nesse caso, não significa, porém, apenas sair brevemente de seu local de origem, mas estar *ativamente presente* dentro de um sistema literário além de sua cultura original. *Insurgent Imaginations* apresenta um panorama similar, segundo o qual as literaturas da Índia, da União Soviética, da China, do Vietnã e da América Latina têm absorvido e respondido uma à outra, formando uma rede de circulação que se torna o novo motor da cultura. Qual a contribuição específica do internacionalismo periférico para as redefinições recentes da Literatura-Mundo? De que modo, afinal, o internacionalismo periférico se diferencia das atualizações já sofridas pela Literatura-Mundo ou, ainda, qual seria a contribuição específica do internacionalismo periférico para possíveis redefinições da Literatura-Mundo?

Deixe-me começar com sua segunda pergunta. “Internacionalismo” tem pelo menos duas definições muito diferentes. A mais antiga seria a desenvolvida pelo *Manifesto comunista* e retomada na teoria do imperialismo de Lenin: a noção de unidade dos trabalhadores para além das fronteiras nacionais. Mas, quando se fala de internacionalismo hoje, após o declínio do bloco soviético, trata-se principalmente do eco de uma segunda visão, defendida por Woodrow Wilson (presidente do Estados Unidos entre 1913 e 1921), de uma política externa em relação ao isolacionismo. No contexto atual, isso se traduziria aproximadamente nas diferenças entre os campos democrata e republicano do *establishment* político americano. Nos casos do livro mencionados por você – Índia, China, Vietnã e países da América Latina etc. –, o internacionalismo periférico descreve como, ao longo do século XX, intelectuais, artistas e

ativistas tentaram falar não apenas para seu público local ou nacional, mas também entre si.

Na academia americana, e isso é particularmente curioso para as humanidades mais do que para as ciências sociais, dificilmente há qualquer interesse no mundo não ocidental ou, para ser mais preciso, no mundo não branco, isto é, o mundo da maioria, não moldado pela história do Estado de compromissos estrangeiros. Esse seria um grande exemplo, na verdade, da ideia de Hegel de que é o Estado que cria a sociedade civil à sua imagem (instituições acadêmicas, neste caso), e não o contrário. Portanto, voltando à sua pergunta anterior, quando se trata de tradições intelectuais, movimentos artísticos, trocas estéticas e conceituais etc., qualquer “expansão” além da literatura americana e talvez algumas das – não todas – obras da Europa Ocidental estão restritas a certos especialistas e, mesmo então, são em grande parte guiadas pelo tipo de cosmopolitismo liberal (wilsoniano) que acabei de mencionar. Na maioria das vezes, isso leva a uma espécie de ressignificação epistemológica em que se descobre que autores – e textos – são retirados de seu próprio contexto e inseridos em alguma estrutura que está na moda acadêmica atual ou mesmo em voga no mercado. Em outras palavras, aqui está a questão da circulação, daquilo que em última análise é considerado como literatura pós-colonial ou literatura mundial, e do que é ignorado. Depois, há o legado Orientalista, segundo o qual o mundo é dividido em visões de mundo irreconciliáveis e tudo o que não é ocidental se torna o “outro”.

Meu livro destaca dois aspectos dessa problemática: primeiro, a tendência de ler literatura por meio de paradigmas anglo-americanos dominantes e o que isso implica para os estudos literários; e, segundo, ilustra que conceitos amplamente difundidos, como o “pós-colonial” ou mesmo o “literário”, têm significados muito mais complexos e diversos do que muitas vezes se admite.

4. A palavra “tradição” parece ser muito importante para o desenvolvimento dos principais argumentos do livro, dada, por exemplo, a quantidade de vezes que ela aparece. No entanto, a tradição, na teoria literária, costuma ser associada a palavras como “nacionalismo”, “cânone”, “Europa”, “conservadorismo”, “continuidade” etc. Além disso, acaba por remeter a uma inclusão de materiais no artefato artístico que se justifica a partir do estado de desenvolvimento do conjunto já disponível, o que demanda uma atenção à história nacional das formas e menos ênfase no momento

subjetivo da escolha pelos artistas. Como você entende o conceito de tradição e de que modo ela ainda pode ser mobilizada por uma escrita internacionalista que resiste ao nacionalismo cultural?

Esta é uma excelente pergunta, e fico grato por ela ter sido feita. Existem dois textos modernistas que gostaria de fazer referência e que são indispensáveis para a presente discussão: o ensaio de Eliot, “Tradição e o talento individual”, e as breves observações de Theodor Adorno, em *Minima Moralia*, sobre a importância de ter a tradição em si mesma para odiá-la [hassen] adequadamente. Obviamente, Eliot e Adorno são extremos opostos em praticamente tudo, mas neste caso suas ideias sobre como reagir à tradição são fascinantes. Você pode dizer que, ao insistir na importância da tradição, não sou um progressista, pelo menos não nesse sentido.

Mas – muito brevemente, porque não posso entrar em detalhes aqui –, acho que os apelos para desconsiderar a tradição, literária ou não, estão intimamente ligados às forças de formação do sujeito as quais vemos na última fase do capital. As implicações de tal posição, independentemente das reais intenções, são bastante perturbadoras e reafirmam uma espécie de eurocentrismo colonialista que vemos com o alto modernismo, por exemplo. Por outro lado, existem aqueles que insistem em tradições de todos os tipos como necessárias para os valores morais e espirituais da sociedade. Quando você pensa sobre isso por um momento, vê que essas duas tendências se complementam. Do ponto de vista científico, ou seja, não ideológico, é preciso ter uma noção do porquê disso e de como certas coisas são possíveis ou só acontecem em certas conjunturas. Em outras palavras, o desenvolvimento de estruturas objetivas que chamamos de tradição, ou cânone, ou qualquer outra coisa, é em si o efeito de elementos subjetivos. Ninguém escreve algo simplesmente porque tem vontade, mas sim porque está respondendo – cada um à sua maneira única, devo acrescentar –, às condições existentes das quais já fazem parte. Da mesma forma, as lutas que muitas vezes vemos hoje para quebrar tradições e romper com o passado são apenas iterações de ideias muito mais antigas, que só se reconheceria estudando sobre elas.

Nesse sentido, é interessante notar que o nacionalismo cultural, quase sempre, tenta construir uma versão singular, artificial e altamente anti-histórica do passado. Para se mobilizar contra tais tendências, pode-se recorrer a várias tradições diferentes – de pluralidade, troca, solidariedade

etc. – de modo que não acho que precisamos descartar a ideia de tradição simplesmente porque o nacionalismo a reivindicou.

5. No primeiro capítulo de *Insurgent Imaginations*, você identifica, nas palestras de Tagore e Mao Zedong, a consolidação de uma visão asiática do Leste, além de uma concordância quanto ao papel político do intelectual, marcadamente anti-imperialista e em defesa da soberania popular. A despeito disso, no entanto, há exemplos de fortes discordâncias entre ambos, como em relação ao Crescent Moon Group: uma poética “liberal” inspirada por Tagore (daí o nome, baseado em seu poema “Crescent Moon”) e atacada por Mao e pelos marxistas chineses. O Fórum Yenan sobre Arte e Literatura, composto por palestras de Mao (inclusive por aquelas abordadas por *Insurgent Imaginations*), não é apenas anticolonial, mas também um apelo à intervenção interna e, finalmente, à censura e a um programa literário estrito. Não há também contradições nos diálogos entre as periferias? Algo similar poderia ser dito a respeito de Roberto Schwarz e Glauber Rocha. Apesar de serem brasileiros e de esquerda, são diferentes em tudo o mais: discordam até sobre o que significa ser brasileiro e de esquerda. Essa especificidade é algo a ser levado em consideração, ou por que é possível e quais as vantagens de generalizá-la em uma espécie de humanismo revolucionário do Terceiro Mundo?

Havia enormes diferenças de opinião. Em todos os exemplos que você cita, e há outros, as pessoas discordaram severamente umas das outras, seja por convicção idealista ou por autointeresse materialista, e, às vezes, até mesmo a respeito de coisas que eles próprios tinham dito há poucos anos – ou mesmo meses e dias – atrás! Mas eu não creio que tais atitudes sejam necessariamente um sinal de má-fé; para falar a verdade, eu até prefiro tais discordâncias do que aquelas conversas “educadas” nas quais as pessoas se recusam a discordar de qualquer coisa, deixando tudo soar banal.

Temos que estar atentos às *nuances* desses ambientes e contextos. Isso é óbvio. Mas existe uma ideia generalizável que vai além das particularidades? Acho que sim, porém as especificidades da resposta residiriam na maneira como se faz a pergunta, ou seja, é uma questão de método. Na discussão de Tagore, por exemplo, lemos a respeito das suas visões sobre a relação entre a literatura e o mundo, mas também a respeito

do que vários contemporâneos pensaram e escreveram sobre essas visões. Durante sua vida e depois, nem todas as respostas a Tagore foram elogiosas ou mesmo cordiais. O mesmo vale para as palestras de Mao no Fórum Yen-an. O que fiz no livro (a título de método) foi esboçar alguns desses debates com o máximo de detalhes possível; invocar e justapor figuras conhecidas e às vezes obscuras, colocando-as em uma espécie de diálogo ficcional entre si, e, finalmente, procurei ler nessas diversas conjunturas certas implicações. Se as contradições vieram à tona, eu diria que isso é muito bom, porque mostra que o método está funcionando. Quer se trate do humanismo revolucionário do Terceiro Mundo, do intelectual político ou de qualquer outra coisa, nosso principal objetivo como estudiosos deve ser iluminar certa ideia ou noção em toda a sua complexidade vivida.

6. Como o internacionalismo periférico (protagonizado sobretudo por intelectuais e artistas) se diferencia dos Estudos Subalternos para os quais o ato de falar pelo subalterno já é ele mesmo um silenciamento diante da alteridade radical que o singulariza?

Principalmente na disciplina de história, desde a década de 1980, os Estudos Subalternos (Ranjit Guha, Partha Chatterjee, Shahid Amin, Dipesh Chakrabarty e outros, e companheiros de viagem como Gayatri Spivak) têm sido uma contribuição muito significativa para o estudo do Sul da Ásia colonial, especialmente da região de Bengal. Meu próprio trabalho deve a eles, embora haja diferentes estágios e articulações do que o termo subalterno pode significar para diferentes pessoas. Para dar um pequeno exemplo, o líder comunista italiano Antonio Gramsci – que, como você deve saber, desenvolveu o termo – já foi objeto de discussão e tradução na década de 1950 na Índia. O aspecto que você cita é talvez o mais comum, mas existem outros; Vasant Kaiwar, da Duke University, produziu uma crítica muito boa sobre essas questões, entretanto ainda estamos esperando que alguém escreva uma história intelectual do projeto de Estudos Subalternos, algo como o relato de Rolf Wiggershaus sobre a Escola de Frankfurt.

Meu livro tenta fornecer uma noção da paisagem política e intelectual na Índia e especialmente no Bengal Ocidental nas décadas após a Independência e a Partilha (em 1947), paisagem da qual emergiram muitos dos temas abordados pelos Estudos Subalternos. Sim, intelectuais e artistas de esquerda desempenharam um papel importante no levantamento dessas questões; muitas dessas pessoas estavam

internacionalmente engajadas, embora não se ouça muito sobre elas hoje. Em muitos aspectos, pode-se compará-las a interlocutores semelhantes a Gramsci, digamos, na América Latina (o grupo em torno de José Aricó na Argentina) ou no Oriente Médio (Mahdi Amel no Líbano). No mundo anglófono, ao contrário, o envolvimento com a teoria gramsciana veio bem tarde, embora haja algumas exceções. O que acho mais interessante é que muitas das “inovações” – e eu uso esse termo muito, muito vagamente – que associamos à literatura pós-colonial (teatro, cinema e assim por diante) foram resultado direto dessas correntes políticas e teóricas, dessas visões de mundo e imperativos. *Insurgent Imaginations* fala sobre como as pessoas estavam sendo influenciadas por essas ideias e sobre como elas, por sua vez, rearticularam essas questões na escrita e em outras formas de arte. Quanto aos intelectuais não poderem falar pelos subalternos para não silenciá-los em sua alteridade, eu acho que esta é uma posição bastante elitista e metropolitana, mesmo que muitas vezes ela seja considerada ou expressa como antielitismo. Certamente, existem enormes disparidades entre os produtores do conhecimento; mas elas são baseadas na divisão entre o trabalho manual e o intelectual, que são eles próprios distribuídos nos níveis local, nacional e internacional. A tarefa dos intelectuais orgânicos é quebrar essas divisões.

7. Enquanto modo de leitura, o internacionalismo periférico baseia a escolha dos seus objetos em um critério geográfico (as periferias) e político (o humanismo revolucionário). Você diria que, nos esforços de *Insurgent Imaginations* para compreender a literatura, parece haver o predomínio de instâncias exteriores a ela em detrimento do próprio material artístico? Seria possível dizer que esse modo de leitura pode ser também uma forma (e não uma dificuldade) de acessar a autonomia estética?

Essa pergunta vai ao cerne da questão, obrigado por tê-la feito. Acho que se pode afirmar sem hesitar que, no momento atual, os “fatores extraliterários” dominam o estudo acadêmico da literatura. Isso, em outras palavras, quer dizer que a afirmação de que a produção literária é formada por algo diferente de si mesma – uma posição que, como você sabe, foi levantada pela primeira vez por materialistas em oposição considerável aos beletristas e a outras perspectivas tradicionalistas – tornou-se parte regular de nosso pensamento institucional, pelo menos nos Estados Unidos. Isso não é totalmente ruim, é claro, mas o problema é que esse tipo de abordagem da literatura, que depende fortemente de

paralelismos ou de correlações diretas entre o texto e o que, por falta de melhor termo, poderíamos chamar de “mundo”, muitas vezes deixa de fora a própria questão da especificidade da literatura, ou a questão da autonomia estética, que é mais ou menos outro aspecto da mesma coisa.

Assim, se por um lado não me oponho à compreensão extraliterária da literatura, por outro me vejo, especialmente no contexto que acabei de mencionar, como alguém muito comprometido com o literário e com o tipo especial de trabalho que a literatura faz. Aqueles familiarizados com a tradição dialética, digamos, com Adorno ou Lukács, compreenderiam prontamente o que estou querendo dizer, mas talvez o ponto precise ser explicado. As apostas da crítica, ou do modo de leitura, são significativas de duas maneiras, pelo menos. Em primeiro lugar, pela necessidade de resistir à tendência positivista e/ou sociológica má de ler literatura literalmente, como se tal ato fornecesse prontamente *insights* sobre raça, gênero, classe, outras formas de hierarquias e opressão etc. Embora não pareça, essa tendência está em última análise relacionada à virada anti-intelectual generalizada de nossa era e, especificamente, ao desmantelamento da formação literária e humanística. Em segundo lugar, por reviver a velha questão da autonomia estética e sua relação com a forma-mercadoria da indústria cultural. No entanto, o verdadeiro desafio, e é aqui que temos de inovar em relação aos pensadores anteriores, é fazê-lo quando o texto impresso há muito foi substituído na cultura pela mídia digital e eletrônica.

É claro que é um truísmo o fato de que mesmo autores ou textos conservadores possam fornecer as percepções mais inesperadas e radicais da sociedade. Mas o que temos a dizer sobre uma conjuntura como a nossa, na qual o maior número de pessoas está se engajando de modo regular com sistemas semânticos enormemente complexos (pense nos processos envolvidos na interação nas mídias sociais, por exemplo), embora elas sejam, na maior parte, totalmente incapazes de decodificá-los? Para nos ensinar como fazer isso, a crítica literária, ou o *close-reading* no antigo sentido, é muito importante. Porém definitivamente não pelas velhas razões, para saborear a “doçura e a luz” dos textos: ao invés disso, como você corretamente observa, a crítica possibilita um modo ou uma forma de acesso à autonomia, que talvez seja mais difícil do que antes, mas não totalmente impossível.

Recebido: 16/2/2021

Aceito: 15/3/2021

Publicado: 22/6/2021